

Competição selvagem e destruição maciça

MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES

Apesar do otimismo oficial, centralizado em torno do processo de estabilização que se seguiu à reforma monetária, a verdade é que a economia brasileira foi mal no ano passado. Para obter uma taxa de inflação próxima a 20% ao ano, manteve-se a taxa cambial sobrevalorizada e fez-se uma abertura comercial descontrolada, que levou a um violento desequilíbrio na balança comercial, estabelecendo-se, paralelamente, uma severa restrição ao crédito interno com elevadíssimas taxas de juros. Assim, as atividades produtivas do país ficaram submetidas a uma competição selvagem e a uma redução brutal nos níveis de atividade a partir de abril de 1995, que significou a destruição maciça de postos de trabalho, como bem o demonstram os dados da Fiesp e do Dieese. Partes, peças, componentes e máquinas que eram comprados internamente passaram a vir do exterior.

Dado o câmbio, os juros altos e o financiamento externo, a substituição da produção nacional por importações passou a dar-se rapidamente e ao que tudo indica, de forma permanente. Com isto, tanto o valor agregado

interno como o emprego sofreram uma implosão estrutural, muito difícil de corrigir com mudanças superficiais.

Assistimos também ao prosseguimento do desmonte do setor público, que deverá se agravar, tanto com a reforma administrativa proposta pelo Governo, cuja preocupação central parece ser a liquidação da estabilidade dos funcionários, quanto com a intensificação do programa de privatizações. Este atingirá agora o núcleo duro da esfera pública, chegando à Vale do Rio Doce, às telecomunicações e, ao que tudo indica, à própria Petrobras, liquidando alguns dos poucos complexos existentes no país com capacidade de atuação global e de captação autônoma de recursos internacionais.

A situação do serviço público é dramática. Brasília tem uma meia dúzia de funcionários "seniores" bolando sobre uma massa de gente despreparada e mal paga. O funcionalismo ativo está diminuindo com o aumento das aposentadorias — estimulado pela ameaça de cancelamento de direitos e conquistas que o discurso oficial insiste em confundir com algumas situações particulares de pequenos grupos privilegiados dentro do quadro de funcionários. As infra-es-

truturas de prestação de serviços básicos, principalmente na área social, estão crescentemente degradadas, comprometendo a capacidade de atendimento à população, em particular aos setores mais necessitados.

As contas fiscais não foram ajustadas, apesar de a arrecadação, segundo a própria Receita Federal, ter atingido algo em torno de 30% do PIB. Foram gastos R\$ 25 bilhões no ano passado com o serviço da dívida pública, que aumenta exponencialmente. As isenções e renúncias fiscais, muitas delas de duvidosa

justificação e eficácia, devem alcançar entre R\$ 16 e 20 bilhões. Os gastos com pessoal ativo e inativo cresceram consideravelmente, não como resultante do aumento de salários ou do quadro de pessoal, mas sim da forte redução do Imposto Inflacionário — através do qual o Governo achatava parte da remuneração dos funcionários — e do crescimento convulsivo do número de aposentados. Finalmente, o ge-

neroso uso dos recursos públicos para "solucionar" crises de instituições bancárias privadas derivadas de uma gestão desastrosa da política monetária e da falta de fiscalização rigorosa, deixam as relações entre o Banco Central, o mercado financeiro e o Tesouro de uma "opacidade" nunca vista na República, cujas

implicações sobre o déficit público e sobre a "crise bancária" são ainda difíceis de dimensionar.

Além disso, tivemos a crise da agricultura porque não elaboramos política agrícola alguma. O que se fez foi abdicar dos

O PROBLEMA É SABER SE A ECONOMIA SOBREVIVERÁ AO PLANO REAL

juros devidos pelos agricultores ao Banco do Brasil e ao mesmo tempo arrebentar o setor com o câmbio desfavorável e com os preços aviltados. Deu-se um prejuízo enorme ao Estado em nome de quê? Em nome de nada, pois a política oficial de preços mínimos não funcionou, assim como não funcionaram os esquemas de comercialização e de estímulo aos investimentos no setor, o que põe em questão a

próxima safra agrícola.

A verdade é que vamos mal e nossos problemas podem se agravar rapidamente se não forem tomadas medidas urgentes como o planejamento fiscal e tributário para equacionar, reescalonar e securitizar as dívidas intra-setor público, que chegam a R\$ 100 bilhões e rolam a uma taxa de 4% ao mês. E a esse respeito não há reforma tributária que dê conta desse desequilíbrio. Precisamos de políticas sociais compensatórias, além de melhorar os serviços públicos universais. Políticas diferenciadas de financiamento e apoio aos setores de construção civil e pequena e média empresas e programas de investimento público são indispensáveis para a criação de empregos que ofereçam alternativas para os novos contingentes populacionais que ingressam no mercado de trabalho. E, por último, necessitamos de proteção econômica efetiva, autorizada pela Organização Mundial do Comércio e praticada por todos os países desenvolvidos, sobre os setores mais débeis, como certos produtos agrícolas, têxteis e calçados. Sem isso desmonta-se o que já existe, sem deixar nada no lugar.

A questão central que o país enfrentou no ano passado não se

centra apenas na crise econômica, que era esperável, mas no caráter pouco democrático e pouco transparente para a sociedade civil do controle absoluto que o mais amplo pacto político conservador da nossa História republicana permite ao Executivo. Este vem se impondo sobre as demais instituições políticas e sociais da nação. O Congresso foi submetido a um rolo compressor, o Executivo legislou sem parar por meio de medidas provisórias, os sindicatos foram submetidos a pressões intoleráveis. A ideologia do mercado e da pseudo-eficiência, e a desqualificação sistemática das oposições feita através dos meios de comunicação de massa, bloqueiam a percepção de que o agravamento das condições sociais das classes médias e dos trabalhadores está intimamente ligado à natureza do plano de estabilização. O problema, então, não é de que o Plano Real sobreviva às crises e armadilhas por ele próprio engendradas. O problema é saber se a economia e a sociedade brasileira sobreviverão — e em que condições — ao Plano Real.

MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES é economista e deputada federal pelo PT-RJ.